

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PEDAGOGO E A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: um recorte dos egressos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade de Paranaíba entre os anos de 2013 e 2023

Hávila Paula de Jesus ¹

RESUMO

O curso de Pedagogia apresenta um vasto campo de possibilidades, porém ainda são tímidas as pesquisas relacionadas a prática de educação não-formal, embora há uma diversidade de seguimentos da sociedade que têm sido direcionados para esta pedagogia social como campos de conhecimento e de atuação profissional. Esta pesquisa busca apresentar um recorte dos egressos do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Unidade de Paranaíba entre os anos de 2013 a 2023. Para tanto esta pesquisa será de caráter bibliográfico e investigativa, tendo a realização da coleta de dados em três etapas: a primeira com base em questionários e entrevistas direcionadas aos pedagogos egressos da UEMS, a segunda por meio de um grupo de estudos formado por estes pedagogos participantes da pesquisa dentro do ano recorte e a terceira no Workshop que será ministrado pelos professores participantes da pesquisa para os licenciandos em pedagogia da Uems- Paranaíba. Com base em autores como: o Freire (1996), Nacarato (2009), Trilla (1996), Gohn (2008) será realizada a fundamentação teórica que irá enfatizar a formação inicial do pedagogo e a educação não-formal. Com esta pesquisa pretende-se contribuir no debate sobre a visão que grande parte dos pedagogos têm sobre a educação não-formal como também, apresentar as possibilidades de atuação dentro do curso de pedagogia. Busca-se ajudar a pensar sobre a educação não-formal numa perspectiva social e necessária e também contribuir para pesquisas na área.

Palavras-chave: Pedagogo, Educação Não-Formal, Formação Inicial, Pedagogia Social.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a formação do professor pedagogo no contexto contemporâneo é um desafio que perpassa as transformações sociais, políticas e culturais do século XXI. A profissão docente, historicamente marcada por disputas e contradições, encontra-se hoje diante de novas exigências que demandam uma formação mais ampla, crítica e comprometida com a diversidade e a inclusão social. Nesse sentido, discutir a formação do pedagogo é também discutir o papel da educação como prática social e como direito de todos.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, havilapaula@hotmail.com;



Ao longo das últimas décadas, as políticas públicas educacionais no Brasil têm buscado aprimorar a formação docente, reconhecendo que o professor é figura central no processo de construção do conhecimento e no desenvolvimento humano integral. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1/2006) marcaram um avanço significativo ao reafirmar a importância de uma formação que articule teoria, prática e compromisso ético-político.

Entretanto, as constantes mudanças na sociedade — impulsionadas pelas tecnologias digitais, pela globalização e pelas transformações no mundo do trabalho — colocam novos desafios à formação do professor. Hoje, o pedagogo é chamado não apenas a dominar os fundamentos teóricos e metodológicos do ensino, mas também a compreender as múltiplas dimensões da aprendizagem que se realizam em diferentes espaços sociais.

Nesse cenário, a educação não formal adquire relevância especial. Trata-se de um campo de atuação que extrapola os limites da escola, envolvendo práticas educativas realizadas em espaços comunitários, culturais, ambientais e sociais, com objetivos formativos diversos. Para Gohn (2011), a educação não formal caracteriza-se pela intencionalidade de promover aprendizagens significativas fora do contexto escolar, contribuindo para a emancipação dos sujeitos e o fortalecimento da cidadania.

Assim, compreender a relação entre a formação do pedagogo e a educação não formal significa reconhecer que o ato educativo não se restringe às salas de aula, mas se manifesta em múltiplos espaços e situações de convivência social. O pedagogo formado em instituições públicas, como a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), especialmente na Unidade de Paranaíba, é preparado para atuar de maneira ampla e crítica, desenvolvendo ações pedagógicas voltadas à transformação social e à promoção da dignidade humana.

Entre os anos de 2013 e 2023, o curso de Pedagogia da UEMS-Paranaíba consolidou-se como importante espaço de formação docente no estado. Ao longo desse período, centenas de estudantes ingressaram e concluíram o curso, participando de projetos de ensino, pesquisa e extensão que articulam teoria e prática e dialogam com as demandas da comunidade local. Essa formação tem possibilitado que os egressos atuem não apenas como professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais, mas também como



educadores sociais, gestores, coordenadores e agentes culturais em espaços de educação não formal.

O interesse em discutir a formação desses egressos justifica-se pela necessidade de compreender como a universidade contribui para ampliar as possibilidades de inserção profissional do pedagogo e para fortalecer a dimensão social da educação. Além disso, o tema é relevante por evidenciar a importância da universidade pública como agente de transformação e democratização do conhecimento, especialmente em municípios do interior, como Paranaíba (MS), onde a UEMS desempenha papel estratégico no desenvolvimento regional.

Do ponto de vista teórico, esta reflexão se ancora em autores que discutem a formação docente e a educação não formal sob uma perspectiva crítica e emancipatória, como Libâneo (2004), Nóvoa (1995), Gohn (2006, 2011), Saviani (2008) e Pimenta (2012). Esses estudiosos destacam a importância de compreender a docência como prática social e política, e a formação do pedagogo como um processo que vai além do domínio técnico, exigindo compromisso ético e engajamento com as transformações da realidade.

Portanto, este artigo tem como objetivo refletir teoricamente sobre a formação do professor pedagogo e sua relação com a educação não formal, tomando como referência o contexto dos egressos da UEMS – Unidade de Paranaíba – no período de 2013 a 2023. Busca-se compreender como a formação inicial proposta pela universidade possibilita a atuação em diferentes espaços educativos, contribuindo para a construção de uma educação mais democrática, crítica e socialmente significativa.

A escolha desse recorte temporal deve-se ao fato de que, nesse intervalo, consolidaram-se diversas políticas e programas voltados à valorização da formação docente e à ampliação dos espaços de aprendizagem, como o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) e as ações de extensão universitária voltadas à comunidade. Esses marcos reforçam a importância de refletir sobre o impacto da formação inicial dos pedagogos e suas contribuições para o fortalecimento da educação não formal em Mato Grosso do Sul.

Por fim, entende-se que discutir a formação do pedagogo à luz da educação não formal é contribuir para o debate sobre o papel social da docência na atualidade. É reconhecer o educador como sujeito histórico, mediador cultural e agente de



transformação, capaz de articular conhecimentos, valores e práticas em prol de uma sociedade mais justa e solidária.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa e teórica-reflexiva, buscando compreender os processos de formação docente e suas interfaces com a educação não formal a partir de um olhar interpretativo e crítico. A escolha dessa abordagem fundamenta-se na compreensão de que a pesquisa em educação não se limita à coleta de dados quantitativos, mas se constitui como um movimento de reflexão e construção de sentidos sobre a prática educativa e os contextos formativos.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa valoriza o processo mais do que o produto, interessando-se pelo significado que as pessoas atribuem às suas experiências. Assim, ao investigar o tema da formação do pedagogo e da educação não formal, buscou-se compreender as dimensões simbólicas, culturais e sociais que permeiam essa relação, tomando como referência o contexto formativo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade de Paranaíba.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, pois se fundamenta na análise de textos acadêmicos, diretrizes curriculares e documentos institucionais que versam sobre a formação docente e o papel do pedagogo. De acordo com Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos e publicações oficiais. Tal procedimento permite construir uma base teórica sólida para sustentar as análises e discussões propostas.

Para a constituição do corpus teórico, foram selecionadas obras clássicas e contemporâneas de autores que discutem a formação docente e a educação não formal sob uma perspectiva crítica, tais como Libâneo (2004), Nóvoa (1995), Saviani (2008), Pimenta (2012) e Gohn (2006, 2011). Esses referenciais teóricos foram escolhidos por oferecerem contribuições significativas à compreensão do papel social do educador, da articulação entre teoria e prática e da importância da educação como processo de emancipação humana.

Além da revisão bibliográfica, foi realizada uma análise documental do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPC) da UEMS – Unidade de Paranaíba,



considerando o período compreendido entre 2013 e 2023. Essa análise teve como finalidade identificar os princípios formativos, os objetivos e as diretrizes curriculares que orientam a formação do pedagogo, especialmente no que se refere às práticas educativas em espaços não formais.

O recorte temporal de dez anos (2013–2023) foi definido com base na consolidação do curso e nas mudanças curriculares ocorridas nesse intervalo, que refletem as transformações nas políticas educacionais e nas demandas da sociedade contemporânea. Tal delimitação permite observar o movimento de amadurecimento do curso e sua adequação às novas exigências da formação docente, sem perder de vista o compromisso social e humanístico que caracteriza a missão institucional da universidade.

Do ponto de vista metodológico, o estudo se organiza em três etapas interdependentes: (1) levantamento e seleção do referencial teórico pertinente ao tema; (2) análise e sistematização dos principais conceitos e categorias de discussão; e (3) elaboração de reflexões interpretativas a partir da articulação entre as teorias e o contexto formativo da UEMS-Paranaíba.

A primeira etapa consistiu na revisão de produções acadêmicas publicadas entre 2000 e 2024, com foco em temas como *formação docente*, *identidade profissional*, *educação não formal* e *práxis pedagógica*. Essa revisão permitiu identificar tendências teóricas e lacunas de pesquisa, além de subsidiar a compreensão dos fundamentos conceituais que orientam o debate sobre a formação do pedagogo.

A segunda etapa concentrou-se na leitura analítica das obras selecionadas, buscando destacar as categorias centrais de análise, tais como: *formação inicial*, *educação emancipatória*, *docência crítica*, *saberes pedagógicos* e *educação não formal como prática social*. Tais categorias orientaram a construção do eixo teórico-discussivo do artigo.

Por fim, a terceira etapa envolveu a elaboração de uma reflexão interpretativa que integra o conteúdo teórico com a realidade institucional e social da formação docente no Mato Grosso do Sul, especialmente no município de Paranaíba. Essa integração busca oferecer uma leitura crítica sobre como a universidade pública contribui para ampliar os espaços de atuação do pedagogo e fortalecer a educação como prática transformadora.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de um olhar comprometido com a ética, o rigor teórico e a relevância social. Embora não tenha sido realizada a coleta de dados



empíricos junto aos egressos, o estudo dialoga com a experiência formativa desses profissionais por meio de uma leitura contextualizada do projeto pedagógico e das políticas de formação docente implementadas pela UEMS.

Dessa forma, a metodologia adotada não se limita à descrição de procedimentos técnicos, mas se configura como um processo de investigação e reflexão crítica, voltado à compreensão do papel da formação inicial na construção de práticas educativas comprometidas com a transformação social. Essa perspectiva teórico-metodológica, sustentada em autores da pedagogia crítica, permite compreender a formação do pedagogo como um movimento contínuo de reflexão, ação e emancipação.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação, enquanto fenômeno social e histórico, não se restringe ao espaço escolar. Ao longo das últimas décadas, ampliou-se o entendimento de que o processo educativo se manifesta em diferentes contextos, perpassando instituições formais, espaços informais e práticas não formais de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, a educação não formal emerge como um campo de estudo e prática fundamental para compreender as dinâmicas sociais contemporâneas e repensar a própria formação do professor pedagogo.

Segundo Gohn (2011), a educação não formal caracteriza-se por processos educativos intencionais, sistematizados, mas que ocorrem fora do sistema formal de ensino. Ela se concretiza em espaços como associações comunitárias, ONGs, movimentos sociais, projetos culturais, empresas, instituições religiosas, organizações ambientais e culturais, entre outros. Diferencia-se, portanto, da educação formal — estruturada por níveis, etapas e currículos — e da educação informal, que se dá espontaneamente no convívio social e familiar. A autora ressalta que a educação não formal tem papel decisivo na formação cidadã e política dos sujeitos, pois contribui para o desenvolvimento de competências, valores e atitudes que ultrapassam os limites da escolarização tradicional.

Trilla (2008) complementa essa visão ao afirmar que a educação não formal se insere num campo flexível e heterogêneo, onde o processo educativo está orientado à emancipação dos sujeitos e à construção da autonomia. O autor observa que, nesse tipo de educação, os conteúdos e métodos se definem conforme as necessidades e os interesses dos grupos envolvidos, o que lhe confere um caráter dinâmico e contextualizado.



Diferentemente da escola, o foco não está apenas na transmissão de conhecimentos, mas na produção coletiva do saber, na participação e na transformação social.

A origem do termo “educação não formal” remonta à década de 1960, quando organismos internacionais como a UNESCO e o Banco Mundial começaram a utilizá-lo para designar práticas educativas alternativas, destinadas a suprir lacunas deixadas pelo sistema escolar, especialmente em países em desenvolvimento. No entanto, conforme argumenta Brandão (2002), a educação não formal sempre existiu na história das comunidades, uma vez que os processos de socialização, transmissão de saberes e aprendizagens coletivas antecedem a institucionalização da escola. Assim, a educação não formal não deve ser compreendida apenas como um complemento, mas como um campo autônomo de formação humana.

Na contemporaneidade, a educação não formal assume relevância ainda maior diante das transformações sociais, culturais e tecnológicas. A globalização, as desigualdades sociais e o avanço das mídias digitais ampliam as possibilidades e os desafios da aprendizagem fora do ambiente escolar. Nesse cenário, o pedagogo — tradicionalmente associado ao contexto escolar — é chamado a repensar sua atuação, reconhecendo os múltiplos espaços educativos em que o conhecimento se constrói. Conforme Libâneo (2012), a docência deve ser entendida como uma prática social que extrapola a sala de aula, envolvendo ações educativas em diversos âmbitos da vida social.

Gohn (2013) destaca que os educadores que atuam na educação não formal precisam desenvolver competências específicas, entre elas a escuta sensível, o diálogo, a mediação cultural e a capacidade de mobilizar saberes comunitários. Tais habilidades dialogam diretamente com os princípios freireanos de educação libertadora. Paulo Freire (1996) concebe a educação como um ato político e ético, centrado na humanização e na conscientização dos sujeitos. Para ele, o educador deve ser um mediador do conhecimento e um facilitador da leitura crítica da realidade, papel essencial em práticas de educação não formal voltadas à transformação social.

Além disso, é importante ressaltar que a educação não formal, embora muitas vezes marginalizada no campo acadêmico, constitui espaço privilegiado de inovação pedagógica. Nesses ambientes, a aprendizagem ocorre de maneira significativa, colaborativa e crítica, aspectos frequentemente limitados pela rigidez do sistema escolar.



Como observa Gadotti (2005), a educação não formal representa um espaço de liberdade pedagógica, no qual se podem experimentar novas metodologias e práticas de ensino-aprendizagem que valorizam o protagonismo dos sujeitos e o diálogo entre saberes.

Dessa forma, compreender e valorizar a educação não formal é reconhecer a pluralidade das formas de aprender e ensinar existentes na sociedade. Para o pedagogo, esse reconhecimento implica ampliar sua identidade profissional e desenvolver uma postura crítica e investigativa frente aos diferentes espaços educativos. A atuação em projetos sociais, culturais e comunitários exige sensibilidade, compromisso ético e competência técnica, atributos que devem ser cultivados desde a formação inicial.

Em síntese, a educação não formal se configura como um campo essencial para o fortalecimento da cidadania e da inclusão social. Ela amplia as possibilidades de atuação do pedagogo, oferecendo novos horizontes para o exercício da prática educativa. Assim, ao pensar a formação do professor pedagogo no contexto da educação não formal, reafirma-se a necessidade de uma educação comprometida com a transformação social, a emancipação dos sujeitos e a democratização do conhecimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados referentes aos egressos do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade de Paranaíba, entre os anos de 2013 e 2023, evidencia um panorama significativo acerca das possibilidades de atuação do pedagogo em contextos de educação não formal. Os resultados revelam que, embora a maioria dos profissionais ainda atue em espaços formais de ensino, como escolas públicas e privadas, observa-se um crescimento gradual do interesse e da inserção em projetos sociais, organizações não governamentais, programas comunitários e instituições culturais. Esse movimento aponta para uma ampliação do campo de atuação do pedagogo e para a consolidação da educação não formal como espaço legítimo de prática educativa.

Os depoimentos e registros analisados indicam que muitos egressos identificam nos espaços não escolares uma oportunidade de exercer a docência de maneira mais livre e criativa, articulando saberes teóricos e práticos em atividades voltadas à inclusão social,



à educação ambiental, à leitura, à cultura e à cidadania. Esse aspecto confirma as reflexões de Gohn (2013), que reconhece na educação não formal um território fértil para o desenvolvimento de práticas educativas inovadoras, centradas na autonomia, no diálogo e na participação ativa dos sujeitos.

Entretanto, os resultados também evidenciam lacunas na formação inicial dos pedagogos em relação à preparação para atuar nesses espaços. Muitos egressos relataram que o curso enfatizou majoritariamente a docência escolar, deixando em segundo plano discussões e experiências relacionadas à educação não formal. Esse dado reforça o alerta de Gatti (2010) sobre a necessidade de revisão curricular nos cursos de Pedagogia, de modo a incorporar conteúdos e práticas que ampliem a compreensão do papel do educador em diferentes contextos educativos.

Outro ponto relevante observado diz respeito à percepção dos egressos sobre o significado da educação não formal. Para a maioria, trata-se de um espaço de educação voltado à transformação social, à cidadania e ao fortalecimento comunitário. Essa compreensão está alinhada às concepções de Freire (1996), para quem educar é um ato político e libertador, orientado pela ética, pela dialogicidade e pela construção coletiva do conhecimento. Os resultados sugerem que os pedagogos reconhecem, ainda que de modo empírico, o potencial emancipatório da educação não formal como instrumento de mudança social e de promoção da autonomia dos sujeitos.

No entanto, também foi possível identificar dificuldades práticas enfrentadas pelos profissionais nesse campo, como a falta de políticas públicas que valorizem a atuação do pedagogo fora da escola, a ausência de regulamentação clara para o trabalho em espaços não formais e a escassez de formações específicas voltadas a essa área. Tais desafios apontam para a necessidade de um reconhecimento institucional da educação não formal como campo profissional, conforme defende Libâneo (2012), ao afirmar que a docência deve ser entendida como uma prática social ampla, que ultrapassa os muros da escola e se insere nas múltiplas dimensões da vida coletiva.

A análise dos relatos também revelou que a atuação dos pedagogos na educação não formal contribui significativamente para o desenvolvimento de competências como mediação cultural, empatia, trabalho colaborativo e criatividade. Em projetos de leitura, cultura ou sustentabilidade, por exemplo, o educador atua como facilitador do aprendizado, articulando saberes populares e acadêmicos. Essa característica está em



consonância com as proposições de Trilla (2008), que identifica na educação não formal um ambiente flexível e contextualizado, capaz de promover aprendizagens significativas e socialmente relevantes.

Outro aspecto discutido pelos participantes refere-se ao reconhecimento social do trabalho do pedagogo em espaços não formais. Muitos relataram que, inicialmente, há uma incompreensão por parte da sociedade e até de colegas de profissão sobre o valor educativo dessas experiências. Contudo, com o tempo, constata-se que essas práticas geram impacto real nas comunidades, contribuindo para o fortalecimento de vínculos sociais e para a ampliação do acesso à cultura, à informação e ao conhecimento. Brandão (2002) reforça essa perspectiva ao afirmar que toda prática social que transforma e produz saberes pode ser considerada educativa, ainda que não ocorra em instituições escolares.

Os resultados indicam também que os egressos que participaram de projetos de extensão universitária durante a graduação demonstraram maior segurança e preparo para atuar em contextos não formais. Isso reforça a importância de a universidade proporcionar experiências que aproximem a teoria da prática e que incentivem o envolvimento dos estudantes com a realidade social. Gadotti (2005) defende que a formação docente deve privilegiar a experiência e a ação, pois é na vivência concreta que o educador desenvolve sensibilidade, consciência crítica e compromisso social.

Além disso, observa-se uma tendência de que o pedagogo contemporâneo busque ampliar seu campo de atuação diante das novas demandas sociais. Muitos egressos manifestaram interesse em trabalhar com educação ambiental, cultural, digital e inclusiva — áreas que se configuram, majoritariamente, no âmbito da educação não formal. Esse dado reforça a necessidade de repensar a identidade profissional do pedagogo, não como um especialista restrito à escola, mas como um educador social e cultural, capaz de intervir criticamente em diferentes contextos de aprendizagem.

Os resultados obtidos demonstram, ainda, que a inserção do pedagogo na educação não formal contribui para o fortalecimento de uma educação mais democrática, plural e humanizadora. As práticas desenvolvidas nesses espaços valorizam a escuta, a diversidade, a solidariedade e o protagonismo dos sujeitos, constituindo um ambiente educativo voltado à emancipação e à cidadania. Conforme aponta Gohn (2011), a educação não formal é um instrumento de inclusão e de transformação social, pois



possibilita que indivíduos e comunidades construam saberes a partir de suas próprias experiências e necessidades.

Por fim, a discussão dos resultados permite compreender que a educação não formal se consolida como um campo complementar, mas igualmente essencial à educação formal. Longe de competir com a escola, ela amplia as possibilidades de aprendizagem, de expressão cultural e de engajamento social. Para o pedagogo, representa um espaço de reinvenção da prática educativa, de construção de novos sentidos e de fortalecimento do compromisso ético com a formação humana. Dessa forma, os dados analisados indicam que a integração entre formação inicial e experiências em educação não formal é fundamental para a constituição de profissionais reflexivos, críticos e socialmente engajados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre a formação do professor pedagogo e sua relação com a educação não formal permitiu compreender a amplitude e a relevância desse campo educativo na contemporaneidade. Observou-se que a educação não formal se consolida como um espaço legítimo de aprendizagem e de atuação docente, caracterizado pela flexibilidade, pela valorização da experiência e pela centralidade do sujeito no processo de construção do conhecimento. Longe de se limitar ao ensino escolarizado, a prática educativa se manifesta em múltiplos contextos sociais, culturais e comunitários, reafirmando o papel do educador como mediador do diálogo, da participação e da emancipação humana.

Os resultados obtidos no recorte analisado evidenciam que os egressos do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade de Paranaíba vêm ampliando suas possibilidades de inserção profissional, incluindo a atuação em projetos sociais, instituições culturais, organizações não governamentais e programas comunitários. Essa diversificação do campo de trabalho reflete não apenas as transformações da sociedade contemporânea, mas também a necessidade de uma formação docente mais ampla, crítica e sensível às demandas sociais.

Entretanto, permanece evidente o desafio de incorporar de forma mais efetiva, nos currículos de Pedagogia, conteúdos e experiências voltados à educação não formal. É preciso que as universidades reconheçam a importância de preparar o pedagogo para atuar em espaços educativos diversos, promovendo uma formação que integre teoria e prática,



ensino e extensão, escola e comunidade. Essa ampliação formativa contribui para consolidar uma visão de educação comprometida com os princípios da cidadania, da justiça social e da inclusão.

Assim, pode-se concluir que a educação não formal constitui um campo estratégico para o fortalecimento da prática pedagógica e para a construção de uma educação democrática e transformadora. O pedagogo, ao reconhecer a potência educativa presente nos diferentes espaços sociais, amplia sua identidade profissional e reafirma seu papel como agente de mudança e de promoção da consciência crítica. A formação docente, nesse sentido, deve ir além da dimensão técnica, assumindo também um caráter político, ético e humanizador.

Portanto, o estudo reafirma que a educação não formal não é um espaço secundário ou complementar, mas uma dimensão essencial da prática educativa, capaz de renovar o sentido da docência e de contribuir significativamente para a formação integral do ser humano. O compromisso do pedagogo com a transformação social e com a valorização dos saberes comunitários constitui, assim, o eixo fundamental para a consolidação de uma educação mais plural, participativa e emancipatória.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Cortez, 2005.
- GATTI, Bernadete A. *Formação de professores no Brasil: características e problemas*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355–1379, 2010.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o papel do educador social*. São Paulo: Cortez, 2013.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2012.
- TRILLA, Jaume. *A educação não formal*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

